fb.me/AssociacaoAIDA
www.linkedin.com/company/10221598

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

PALOP NEWS

120 EDIÇÃO MENSAL

2019
ABRIL

AIDA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO
PME QUALIFY
WWW.AIDA.PT

NOTÍCIAS DE ANGOLA

ANGOLA DEIXA DE USAR PETRÓLEO COMO GARANTIA PARA NOVOS FINANCIAMENTOS

O Ministério das Finanças de Angola vai abandonar o modelo de financiamento internacional em que as garantias aos empréstimos são prestadas recorrendo à produção de petróleo, um modelo geralmente conhecido como 'oil for money'.

"O Governo abandonará o modelo de contratação de financiamentos 'oil-backed', os quais têm como colateral o petróleo, garantindo, assim, barris para a tesouraria nacional", lê-se no relatório sobre a Estratégia de Endividamento de Médio Prazo (2019-2021), aprovado em Conselho de Ministros. O documento de 24 páginas explica que, "a nível da dívida externa, haverá a necessidade de se reduzir a exposição às flutuações no mercado petrolífero, pelo que se manterá a estratégia de descontinuidade das linhas com garantia de petróleo relativamente às novas contratações" de financiamentos.

O documento, que apresenta as linhas gerais da estratégia de financiamento de Angola no âmbito do programa de financiamento ampliado acordado com o Fundo Monetário Internacional, defende ainda o objectivo de implementar "um mecanismo de gestão do preço de petróleo, com o qual se pretende reduzir a exposição a esta 'commodity'", mas não são dados mais pormenores.

FONTE: MADREMEDIA/LUSA EM SAPO 24

ANGOLA AUMENTA SALÁRIO MÍNIMO GARANTIDO EM 30% PARA 60 EUROS

Desde Janeiro de 2018, com a introdução do novo modelo cambial em Angola, o kwanza angolano já perdeu praticamente metade do valor face ao euro e ao dólar.

O Governo angolano fixou o salário mínimo nacional garantido único em 21.454,10 kwanzas (60 euros), um aumento de 30% face ao valor definido em 2017, mas insuficiente para absorver a desvalorização cambial que afecta a moeda nacional.

A decisão, com a actualização do valor, consta de um decreto assinado pelo Presidente da República, João Lourenço, publicado quinta-feira e ao qual a Lusa teve acesso. O decreto revoga ainda o valor anteriormente definido.

Em Junho de 2017, o então Presidente José Eduardo dos Santos fixou o salário mínimo nacional garantido único em 16.503,30 kwanzas, correspondendo a 88 euros ao câmbio de então.

Em 2016, a inflação em Angola (12 meses) chegou a 41,12%, em 2017 desceu para 23,67%, e fechou 2018 nos 18,60%.

Desde Janeiro de 2018, com a introdução do novo modelo cambial em Angola, o kwanza angolano já perdeu praticamente metade do valor face ao euro e ao dólar.

Angola vive desde finais de 2014 os efeitos da crise económica, financeira e cambial decorrente da quebra nas receitas com a exportação de petróleo.

FONTE: LUSA EM JORNAL DE NEGÓCIOS

ANGOLA
Angola deixa de usar petróleo como garantia para novos financiamentos
Angola aumenta salário mínimo garantido em 30% para 60 euros
Evolução das principais variáveis económicas, monetárias e cambiais

MOÇAMBIQUE
Banco Standard revê crescimento da economia para 3,5% e inflação para 6,2%
BCP disponibiliza linha Portugal - Moçambique de 20 milhões de euros

CABO VERDE
Cabo Verde tem 200 MEuro de excesso de liquidez

GUINÉ BISSAU
Guiné-Bissau: Campanha do caju arranca com vigilância reforçada

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
FMI avisa que economia de São Tomé e Príncipe enfrenta "imensa pressão"

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO:
Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA

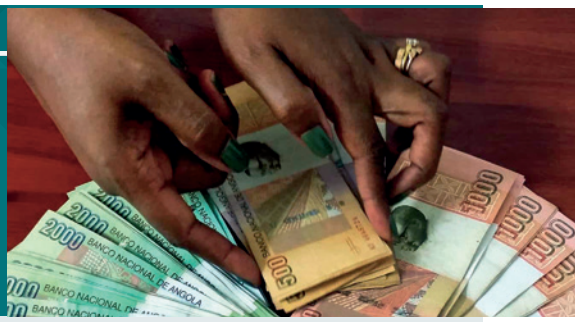
DESIGN E PAGINAÇÃO:
Incograf®

PROPRIEDADE
Associação Industrial do Distrito de Aveiro

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:
1000 exemplares

COMPETE 2020 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS ECONÓMICAS, MONETÁRIAS E CAMBIAIS



O Boletim Económico de Angola publicado pelo Banco BAI Europa, sobre a inflação, para Janeiro e Fevereiro de 2019, mostra que se mantém a tendência de abrandamento dos últimos dois anos.

Apesar de alguma incerteza quanto ao impacto de factores, tais como a redução/eliminação de subsídios (combustíveis, electricidade, outros) e a introdução do IVA, sobre o nível de preços, admite que, após algumas variações mensais mais elevadas (tal como sucedeu em Setembro/18), a tendência de abrandamento se mantenha, conduzindo a um valor médio anual inferior ao de 2018 (19,7%).

Com políticas orçamental e monetária prudentes, e um ritmo de ajustamento cambial bastante mais moderado, não se vislumbram factores que possam, por enquanto, determinar uma inversão desta tendência: a economia continua a revelar pouco dinamismo, o poder de compra das famílias tem sofrido a erosão decorrente de uma inflação superior aos aumentos salariais, a procura de crédito pela economia privada mantém-se frouxa.

Relativamente ao PIB, não existindo ainda informação do INE quanto ao 4º trimestre, é de crer que esta variável tenha exibido em 2018 uma variação negativa, próxima da antecipada pelo FMI (-1,7%).

Para esta evolução foi decisiva a quebra da produção petrolífera, da ordem de 8%, enquanto os sectores não petrolíferos deverão ter oferecido um contributo praticamente nulo.

As perspectivas para 2019 estão rodeadas de incerteza, devido ao desempenho de sector petrolífero – note-se que nos dois primeiros meses do ano a produção ficou aquém das expectativas, embora as opiniões dos analistas apontem para uma recuperação no 2º semestre, em parte com a ajuda do esperado aumento de produção nos blocos 32 e 15/06. Caso a recuperação da produção petrolífera se confirme, não será de excluir um crescimento global do PIB de 2,5% tal como previsto pelo FMI.

Na anterior edição deste Boletim ficou previsto que no final do 1º trimestre/2019 seria feita uma exposição circunstanciada do Staff Report do FMI (doravante Relatório), que preparou a aprovação do Extended Arrangement (doravante EA ou Programa) no âmbito da Extended Fund Facility. Cumpre notar que o Relatório incorpora, como anexo, um Memorando sobre Políticas Económicas e Financeiras (MEFP), subscrito pelos responsáveis das pastas económicas do Governo de Angola e pelo Governador do BNA, abrangendo todas as matérias relevantes do EA.

A leitura atenta deste Relatório, bem como do Memorando/MEFP, designadamente a extensa e exigente listagem de medidas a tomar nos planos legislativo e regulamentar, abrangendo a política orçamental, cambial e monetária, o funcionamento dos respectivos mercados, o reforço da solidez do sector bancário, o incentivo ao investimento privado, a transparência na gestão da dívida pública, o combate à corrupção em especial à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo - deixam a noção de que o EA, se for executado com sucesso como se espera, pode vir a traduzir-se numa profunda modificação do funcionamento da economia do País, com extensos efeitos favoráveis, em especial no tocante à tão desejada diversificação da actividade económica e à melhoria das condições de vida da população.

Não se ignora, todavia, que os riscos de um cumprimento insuficiente do Extended Arrangement são elevados, podendo vir a traduzir-se em incertezas e na alteração negativa das expectativas.

Aguarda-se, pois, que as Autoridades se empenhem activamente (como parece ser seu propósito) na execução tempestiva do Programa, até porque, se começarem a surgir sinais positivos dessa execução, os benefícios para a economia começarão a aparecer bem antes da sua conclusão, designadamente num mais fácil acesso ao financiamento externo e na capacidade para atrair investimento estrangeiro.

Angola tem, neste contexto, uma oportunidade decisiva para vir a ser apresentada como um caso de sucesso no contexto das economias da África ao sul do Sahara.

FONTE: BANCO BAI EUROPA

BANCO STANDARD REVÊ CRESCIMENTO DA ECONOMIA PARA 3,5% E INFLAÇÃO PARA 6,2%

O Banco Standard reviu em baixa a previsão de crescimento de Moçambique, de 3,7% para 3,5% devido aos efeitos do ciclone Idai, aumentando a estimativa de inflação de 5% para 6,2%.

"Apesar de ainda ser cedo para poder avaliar de forma mais abrangente o impacto negativo do ciclone Idai, baixámos a previsão do crescimento homólogo do PIB deste ano para 3,5% em vez de 3,7%", disse à Lusa o economista-chefe do Banco Standard, Fáusio Mussá.

Em declarações à Lusa no seguimento da divulgação do Índice PMI (Purshasing Managers` Index), que mede a capacidade financeira das empresas de manufactura, o economista vincou ainda que "a previsão de inflação média de 12 meses este ano foi aumentada para 6,2% em vez dos 5,0%", ficando alinhadas com as perspectivas do Banco de Moçambique, que antevê uma subida dos preços entre os 6 e os 7%.

"As nossas previsões actualizadas reflectem um aumento dos riscos causados pelo impacto negativo do ciclone Idai, por pressões temporárias na liquidez em moeda externa e no câmbio e por eventuais pressões fiscais devido às eleições gerais que, até há pouco tempo, se mantiveram muito discretas", disse, apontando que "o Governo está a equacionar um orçamento rectificativo para acomodar os impactos do ciclone".

Na divulgação da evolução do Índice PMI, que melhorou de 50 pontos para 50,4 pontos, o Standard Bank explicou que a melhoria "não registou o impacto negativo do ciclone Idai, que atingiu as províncias de Sofala e Manica", onde "as inundações deixaram centenas de milhares de pessoas desalojadas, bem como infra-estruturas gravemente danificadas em toda a região, e o número de mortes continua a aumentar"

Por outro lado, "as decisões finais de investimento relativas aos projectos de gás natural da bacia do Rovuma estão previstas para breve, o que vai contribuir para um sentimento positivo e apoiar a recuperação económica", apontou o economista.

FONTE: LUSA EM RTP

NOTÍCIAS DE MOÇAMBIQUE

BCP DISPONIBILIZA **LINHA PORTUGAL - MOÇAMBIQUE** DE 20 MILHÕES DE EUROS

O Millennium bcp, em conjunto com o Millennium bim, disponibilizou uma linha de financiamento de 20 milhões de euros para dinamizar as trocas comerciais entre Portugal e Moçambique, anunciou o banco.

Em comunicado, o banco português refere que a Linha Millennium Portugal -- Moçambique permite acesso ao financiamento de empresas portuguesas em exportações que possam beneficiar do Seguro de Créditos à Exportação do com garantia do Estado, gerido pela COSEC.
"Esta linha tem como objectivo fomentar o negócio internacional entre os dois países, proporcionando aos clientes do Millennium bcp e do Millennium bim um canal privilegiado para a concretização dos seus negócios", refere-se no comunicado.
Segundo o banco, esta linha cria "condições favoráveis" para permitir o acesso ao financiamento de empresas portuguesas, contribuindo "para o desenvolvimento do negócio internacional entre os dois países".
No comunicado, o banco recorda dados recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), segundo os quais as trocas comerciais de bens e serviços entre Portugal e Moçambique cresceram 1,5% em 2018, face a 2017.
As exportações de Portugal para Moçambique registaram um crescimento de 5,4% em 2018 face a 2017 (de 334,7 para 352,7 milhões de euros), acrescenta-se.
Entre as condições definidas pelo banco para acesso a esta linha estão, além do seguro, exportações com pagamento a prazo até 365 dias, montante máximo de um milhão de euros por remessa de exportação, definindo ainda que "os bens exportados devem ter uma incorporação nacional relevante".
O Millennium bcp é o principal acionista do banco moçambicano Millennium bim.
O anúncio da linha de financiamento surge cerca de três semanas depois de Moçambique ter sido atingido pelo ciclone Idai, que provocou pelo menos 598 mortos e 1.641 feridos, e afetou no total 1,3 milhões de pessoas na região centro, segundo o mais recente balanço das autoridades moçambicanas.

FONTE: LUSA EM ECONOMIA AO MINUTO

Millennium bim

NOTÍCIAS DE CABO VERDE

CABO VERDE TEM 200 M EUROS DE **EXCESSO DE LIQUIDEZ**

O ministro das Finanças cabo-verdiano informou que o sistema bancário tem mais de 200 milhões de euros de excesso de liquidez, dinheiro que "não pode estar a dormir nem a representar um custo para a política monetária".

O também vice-primeiro-ministro de Cabo Verde falava durante a cerimónia de assinatura de um protocolo com todas as câmaras municipais e os bancos a operar em território cabo-verdiano, intitulado "Pacto de Financiamento à Economia -- do Global ao Local".

Para Olavo Correia, esse valor "tem de estar a ser gerido para gerar valor para o país".

"Nós, Estado, estamos disponíveis a ajudar para que esse dinheiro que está a dormir nos bancos esteja nos talentos, para criar valor". E deixou um aviso: "Nem os bancos nem o Estado têm dinheiro para dar a alguém. Ninguém vem pedir dinheiro ao Estado, muito menos o sistema bancário que tem de gerir recursos de terceiros".

"O que temos são instrumentos para incentivar aqueles que são talentos e que queiram gerar valor", frisou. Segundo o governante, existem actualmente três milhões de dólares (2,6 milhões de euros) para apoiar as empresas.

"Não quero ver esse dinheiro como depósito no sistema bancário. Quero ver empresas a serem incentivadas, a melhorar a sua contabilidade, gestores, melhores formados, projectos bancários e empresas com financiamento para criar valor e gerar empregos", disse.

Os projectos, ressalvou, têm de ser bancários e "não peçam que o Governo seja agente avaliador de projectos ou de riscos. Esse não é o papel do Governo, por isso estamos em parceria com o sistema bancário, que conhece bem esse negócio, que gere o risco de forma profissional".

Em representação do sistema bancário, o presidente da comissão executiva do Banco Comercial do Atlântico (BCA), Francisco Costa, sublinhou que "uma banca com excesso de liquidez não pode ser vista como uma banca permissiva".

"Precisa de fazer crédito, mas só pode fazer crédito para empresas que tenham viabilidade", referiu.

Segundo Francisco Costa, "a exigência da banca não é apontada pelos empresários como principal factor para o não investimento. A exigência da banca é fundamental e vai continuar a existir, mas é bom para o país, porque o efeito multiplicador do crédito só existe se os projectos forem viáveis e tiverem perenidade".

"Os bancos precisam de evidências. Ainda continuamos a ter muitas empresas informais e sem elementos contabilísticos capazes de darem sustentabilidade às decisões da banca", referiu.

O "Pacto de Financiamento à Economia -- do Global ao Local" tem como objectivo "estabelecer os termos de colaboração com vista a estimular e orientar os investimentos a realizar pelas Micro e Pequenas e Medias Empresas (MPME), para assegurar a máxima eficácia do financiamento à economia, mediante o estabelecimento de uma comunicação constante entre as partes: Governo, autarquias, banca e sector privado.

Para Manuel Pina, presidente da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV), "os negócios fazem-se nos municípios" e daí o "empenho" na viabilização das opções de investimento.

"Num país como o nosso, com carência de capital, o Governo tem um papel crucial na procura do chamado incentivo ou mesmo apoios diretos, mediante os fundos estruturais", disse.

Da parte da banca, subscreveram o documento o BAI-Cabo Verde, o Banco Cabo-Verdiano de Negócios, o Banco Comercial do Atlântico, o Banto Interatlântico, o Banco Internacional de Cabo Verde, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Ecobank de Cabo Verde.

Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

GUINÉ-BISSAU: **CAMPANHA DO CAJU ARRANCA** COM VIGILÂNCIA REFORÇADA

A campanha de comercialização do caju, principal produto de exportação do país e da qual depende mais de 50% da população guineense, teve início a 30 de Março, com o preço mínimo de referência para o agricultor fixado em 500 francos cfa (0,76 euros).

O valor foi fixado esta semana pelo Executivo guineense, que decidiu também fixar a "base tributária em 1.222 dólares [cerca de 1.084 euros] por tonelada".

O Fundo Monetário Internacional (FMI) pediu à Guiné-Bissau para realizar uma campanha de comercialização de caju transparente e concorrencial, assegurando um preço de referência consistente com o praticado no mercado internacional.

O ministro guineense do Comércio, Vicente Fernandes, afirmou que vai reforçar as fronteiras terrestres do país com inspectores e fiscais para impedir a "fuga" de castanha de caju do país.

"Vamos por equipas de inspectores e fiscais no terreno, sobretudo nas zonas mais próximas da fronteira, para controlar a fuga da castanha para o Senegal, que é um país que exporta, mas não tem produção", afirmou Vicente Fernandes.

"Isso significa que é da nossa produção, que infelizmente devido à porosidade da nossa fronteira transpõe e acaba por beneficiar a sua economia em resultado da nossa incapacidade de proteger o nosso produto e a nossa economia", explicou o ministro.

Para acautelar a saída ilegal de castanha de caju pela fronteira terrestre, o ministro do Comércio já teve um encontro com o ministro do Interior, Edmundo Mendes, para ser definida uma colaboração mais estreita.

"Vamos reforçar mais a vigilância nas fronteiras e contar com a colaboração das autoridades militares e paramilitares para estancar esta hemorragia e permitir que a exportação aconteça, como a lei determina, e que o escoamento seja feito por via marítima através do porto de Bissau", disse.

Questionado sobre a quantidade de castanha de caju que passa ilegalmente pela fronteira terrestre, o ministro disse que em 2018 foram cerca de 50.000 toneladas.

FONTE: LUSA EM DW

FMI AVISA QUE ECONOMIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE **ENFRENTA "IMENSA PRESSÃO"**

O Fundo Monetário Internacional (FMI) advertiu que a economia de São Tomé e Príncipe está "sob uma imensa pressão", com uma "subida vertiginosa" da despesa e quebras da receita, propondo um programa de três anos no país.

"O país está sob uma imensa pressão. De facto, aquilo que se constatou no ano passado é que a despesa subiu vertiginosamente enquanto a receita caiu bastante", disse Xiangming Li, chefe da missão do FMI, que iniciou hoje negociações com o Governo são-tomense para alcançar um programa com duração de três anos, destinado a "ajudar a fazer crescer a economia e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos".

"Normalmente este tipo de programa tem uma duração de três anos, se conseguirmos estabelecer esse programa e lançá-lo este ano, à partida durará até 2022", disse a responsável do FMI à imprensa, no final do primeiro encontro, hoje, com o ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Osvaldo Vaz.

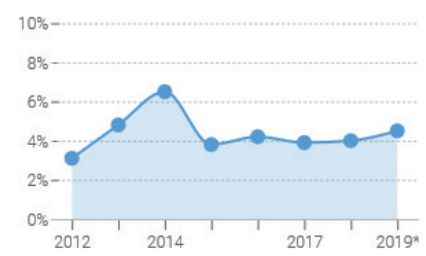
A chefe da missão do FMI foi convidada a deslocar-se a São Tomé pelo Governo de Jorge Bom Jesus, que se manifesta preocupado com a situação macroeconómica do país. Xiangming Li defendeu que para reverter o actual quadro e melhorar as condições, o Governo tem "uma tarefa muito árdua", de "aumentar as receitas, garantir a promoção do sector privado de modo a que haja fundos para a saúde, educação, para todo o sector social". A chefe referiu ainda que para aumentar a receita do país "é preciso aumentar a base tributária" e explicou que "até há pouco tempo, basicamente as receitas do país dependiam muito dos impostos sobre as importações".

"Ora caindo esses impostos, isso tem um impacto negativo muito grande na economia", acrescentou, dando como exemplo que "em 2010-2011 a relação da receita com a despesa era de 16%, enquanto neste momento o rácio é de apenas 12%".

Entretanto, em comunicado, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) disse ter observado "uma deterioração dos principais indicadores macroeconómicos, com destaque para a desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB), o aumento da inflação, o aumento do défice orçamental e o aumento do défice da balança comercial de bens". "Quanto aos agregados monetários, registou-se uma contracção do crédito à economia, embora se tivesse registado um aumento de liquidez na economia", diz ainda o comunicado do BCSTP.

O documento refere ainda que a expansão da taxa de juro "continua excessivamente alto", devido às elevadas taxas de juro activas aplicadas pelos bancos, o que "condiciona sobremaneira o nível de intermediação financeira, com repercussão negativa no investimento privado e no desempenho da actividade económica". O Banco Central decidiu, por isso, manter inalterada a taxa de juro de referência em 9 por cento e não alterar a taxa de facilidade permanente de liquidez, fixada actualmente nos 11 por cento.

O comunicado do Banco Central surge na sequência de uma reunião do seu Comité de Política Monetária (CPM), que analisou "a conjuntura económica nacional e internacional".

FONTE: Observador

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB, EM PERCENTAGEM